



INFORME JURÍDICO

ANO XXVI

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

04 / JULHO / 2022

CONTROVÉRSIA

STJ PODE JULGAR EM REPETITIVOS SE INCENTIVOS DE ICMS INTEGRAM A BASE DO IRPJ/CSLL

Entre incentivos estão redução da base de cálculo, redução de alíquota, isenção, diferimento e outros

CRISTIANE BONFANTI

[Ler íntegra](#)

VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO

STF DEFINE QUE NÃO HÁ PRAZO PARA LEVANTAMENTO DE PRECATÓRIOS OU RPVS

Por Karen Couto

[Ler íntegra](#)

SERVIÇOS

EMISSION DE CERTIDÕES PODERÁ SER FEITA PELA INTERNET

Certidão negativa de débitos tributários já pode ser baixada automaticamente sem necessidade de preenchimento de dados

[Ler íntegra](#)

PRIMEIRA SEÇÃO FIXA TESES PARA O BLOQUEIO DE ATIVOS DO EXECUTADO PELO BACENJUD EM CASO DE PARCELAMENTO FISCAL

Em julgamento no rito dos recursos repetitivos, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) fixou orientações para o bloqueio de ativos financeiros do executado via

sistema BacenJud, em caso de concessão de parcelamento fiscal: 1) será levantado o bloqueio se a concessão for anterior à constrição; e 2) fica mantido o bloqueio se a concessão ocorre em momento posterior à constrição, ressalvada, nessa hipótese, a possibilidade excepcional de substituição da penhora on-line por fiança bancária ou seguro garantia, diante das peculiaridades do caso concreto, mediante comprovação irrefutável, a cargo do executado, da necessidade de aplicação do princípio da menor onerosidade.

[Ler íntegra](#)

AÇÃO DE GOVERNADORES SOBRE MUDANÇAS NO ICMS SERÁ JULGADA DIRETO NO PLENÁRIO

A ministra Rosa Weber pediu informações ao governo e ao Congresso, conforme prevê a legislação.

[Ler íntegra](#)

SEM DESCANSO

MAIORIA DOS MINISTROS DO STF VAI CONTINUAR TRABALHANDO NO RECESSO JUDICIAL

A partir desta sexta-feira (1º/7) até agosto, o Supremo Tribunal Federal entrará em recesso judiciário, com a suspensão dos prazos. Neste período, a Corte irá operar em regime de plantão. Entre os dias 2 e 17 de julho, a ministra Rosa Weber será responsável pelas demandas urgentes, e entre os dias 18 e 31 de julho, será o presidente, Luiz Fux.

[Ler íntegra](#)

TRIBUTÁRIO

RESPONSÁVEL SOLIDÁRIO PODERÁ SUBSTITUIR SEUS BENS ARROLADOS PELOS DA EMPRESA

Nova regra permite que os executivos não fiquem prejudicados com o arrolamento durante todo o processo administrativo
MARIANA RIBAS

[Ler íntegra](#)

STJ AUTORIZA BLOQUEIO DE PASSAPORTE ATÉ PAGAMENTO DE DÍVIDA

A medida deve durar tempo suficiente para obrigar o pagamento do devido

Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

[Ler íntegra](#)

STF INICIA JULGAMENTO SOBRE VALIDADE DE TAXAS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO DA MINERAÇÃO

São três ADIs questionando normas de Minas Gerais, do Pará e do Amapá que preveem o tributo e o destinam à fiscalização da atividade.

[Ler íntegra](#)

PAUTA DO STF

STF JULGARÁ AÇÕES TRABALHISTAS, AMBIENTAIS E TRIBUTÁRIAS EM AGOSTO E SETEMBRO

Estão na pauta: trabalho intermitente, mudanças na lei de improbidade e cassação de registro de empresa tabagista devedora contumaz

FLÁVIA MAIA

[Ler íntegra](#)

EMPRESA LEVADA À LONA

IRMÃOS SCHAHIN SÃO ABSOLVIDOS DE ACUSAÇÕES DE SONEGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Por Sérgio Rodas

[Ler íntegra](#)

Fisco orienta sobre tributação de remessas

RECEITA FEDERAL AFIRMA QUE NÃO INCIDE IMPOSTO SOBRE PAGAMENTOS DE SERVIÇOS PRESTADOS NO BRASIL POR EMPRESAS NO JAPÃO

Por Laura Ignacio — De São Paulo

[Ler íntegra](#)

PRIMEIRA SEÇÃO ALTERA TESE REPETITIVA PARA PERMITIR INCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DA CPRB

Em juízo de retratação, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) alterou a tese fixada no Tema 994 dos recursos repetitivos, que passou a vigorar com a seguinte redação: "é constitucional a inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)".

[Ler íntegra](#)

ADI 2.446

DECISÃO DO STF SOBRE NORMA CONTRA PLANEJAMENTO ABUSIVO AINDA GERA DÚVIDAS

Entendimento condutor, de que o dispositivo é uma norma antievasão e não antielisão, ainda é controverso

MARIANA BRANCO

CRISTIANE BONFANTI

[Ler íntegra](#)

COM PLATAFORMA TRIBUTÁRIA DIGITAL RECEITA FECHA CERCO AOS CONTRIBUINTES DO ISS

Publicado por Fernando Olivan - Comunicação Fenacon

Através de um convênio assinado com o Distrito Federal e os municípios brasileiros, no dia 30 de junho, a Receita Federal acaba de lançar a Plataforma de Administração Tributária Digital. O objetivo da ação é instituir o padrão nacional da Nota Fiscal de Serviço eletrônica – NFS-e, documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pelo fisco, prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços.

[Ler íntegra](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)